

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



DIVISÃO DA COPASA NAS MÃOS DOS DEPUTADOS



Eleição do COPASS é recorde
8.495 votantes - **Página 07**

A tramitação do Projeto de Lei 3.374/06, que autoriza a criação de subsidiárias da Copasa, dividiu a opinião dos deputados desde o início. De um lado, sindicatos, especialistas em saneamento, entidades da sociedade civil organizada e deputados do PT, PCdoB e parte do PMDB questionando a necessidade da criação da chamada "copasinha dos pobres" e solicitando a ampliação dos debates. De outro lado, representantes do governo do Estado e deputados da base governista na Assembleia Legislativa defendendo a rápida aprovação do projeto. O embate perdurou por vários meses e chegou a seu estágio final.

Apesar do clamor dos participantes do Ciclo de Debates pela retirada do regime de urgência, a discussão do PL 3.374 foi encerrada pela ALMG e a matéria vai à votação nos próximos dias.

Agora, está nas mãos dos deputados decidir se irão dividir ou não a Copasa.

Leia mais nas páginas 4, 5 e 6

Vice-governador recebe o Sindágua-MG

Página 02

Futuro do saneamento em Minas Gerais

Página 04

Sindágua apresenta emendas ao PL 3.374/06

Página 06

Cargos e Salários fazem apresentação para Sindágua

Página 08

DEAPES tem novas vitórias

Página 08

EDITORIAL

Projeto das copasinhas vai à votação



Desde que o Projeto de Lei 3.374 foi enviado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em julho do ano passado, temos feito um trabalho incansável pela não divisão da Copasa. Tivemos que nos inteirar rapidamente do assunto, acompanhar os trabalhos das comissões e brigar para que o projeto não fosse aprovado no afogadilho, sem a justa e necessária discussão com a sociedade e os trabalhadores.

O governo do Estado enviou o projeto em regime de urgência na expectativa que ele fosse aprovado antes do recesso parlamentar de julho, contando com o apoio da maioria dos deputados. Mas o governo não contava com a forte oposição à criação da subsidiária, apelidada de "copasinha dos pobres". Com um árduo trabalho, mobilizando lideranças políticas, deputados, prefeitos e entidades da sociedade civil, conseguimos retirar o PL 3.374/06 da pauta várias vezes e segurar a votação até agora.

Durante esses nove meses, tivemos várias vitórias nessa briga de David contra Golias: a retirada do regime de urgência, a realização das audiências públicas de Araçuaí e Teófilo Otoni, o desmembramento (que separou a subsidiária das águas minerais) e finalizando com o Ciclo de Debates "As novas diretrizes do saneamento básico".

Depois de aprovar praticamente tudo o que encaminhou para a Assembléia no ano passado, inclusive as leis delegadas que ampliam os poderes do governador, a questão das subsidiárias da Copasa é prioritária para o governo do Estado, que já demonstrou, através do segundo pedido de urgência, que tem pressa em aprovar a empresa destinada aos municípios com IDH abaixo da média do Estado e do Norte de Minas e dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Para o sindicato, após ouvir diversos especialistas do setor e visitar projetos de saneamento voltados para as comunidades carentes, fica cada vez mais claro que dividir a Copasa em duas, não garante a universalização dos serviços. Queremos e lutamos há anos para que todos os mineiros tenham acesso à água tratada e esgotamento sanitário, mas para que isso aconteça é necessário construir uma política estadual de saneamento, implementando os avanços estabelecidos pelo marco regulatório federal, com a sanção da Lei 11.445/07.

Nós, trabalhadores da Copasa, temos que buscar os deputados da nossa região, para pressioná-los a honrar os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Eles não vieram pedir o nosso voto? Pois agora vamos pedir o voto deles. Temos que mostrar a força dos mais de 10 mil trabalhadores e também dos aposentados em saneamento, que fazem parte do eleitorado mineiro e certamente farão a diferença nas próximas eleições.

Conto com a sua participação e de seus familiares e amigos. O que está em jogo é o futuro da Copasa, do saneamento em Minas e também do emprego de vários companheiros.

José Maria dos Santos
Presidente do SINDÁGUA MG

Justiça adia posição sobre o reajuste de 37% da Previminas

Os 37% de reajuste nas contribuições da Previminas ainda serão apreciados pela Justiça. Em audiência realizada no último dia 28 de fevereiro, na 6ª Vara da Justiça do Trabalho, ficou definido um prazo para que o jurídico do Sindicato apresente a impugnação da contestação entregue pela Copasa e Previminas.

O início da audiência foi muito tumultuado pelo grande atraso no comparecimento do preposto da Previminas, que suscitou, inclusive, um pedido a ser apreciado pelo tribunal de aplicação de revelia e confissão, solicitado pelo advogado Alberto Maimoni, da empresa especializada em legislação previdenciária, Advogados Associados S/C, contratada pelo SINDÁGUA.

Alberto Maimoni argumenta que os reajustes não poderiam ser implementados sem uma ampla discussão que envolvesse a Copasa, como patrocinadora, e todos os participantes do plano previdenciário. Os gestores do plano previdenciário não procuraram fazer a sua readequação ao longo dos anos, criando até um descompasso entre indexadores, como a velha descoberta de que perdiam financeiramente com a indexação à TR. Foi indicada a indexação ao INPC, mas, inexplicavelmente, o diagnóstico foi desconsiderado e não corrigido o problema. Dentro da



Advogado Alberto Maimoni, especialista em legislação previdenciária

Previminas e da própria direção da Copasa, fala-se que os 37% de reajuste não seriam suficientes para corrigir o "rombo", que preferem chamar de déficit. Em relação à Cohab o desastre é ainda maior, com indicação de um reajuste necessário de 250%.

O advogado lembra que segundo a Lei, todos os gestores devem ser responsabilizados solidariamente, sendo esta uma condição que exige que todos os problemas sejam levantados e tornados transparentes.

Previminas tem nova diretoria

No último dia 8 de março, o Conselho Deliberativo da Previminas aprovou a nova composição da diretoria, composta pelos seguintes nomes:

- Presidente: Carlos Megale Filho (Copasa);
 - Diretor Administrativo-financeiro: Maurício Azevedo Dias Costa (Prodemge);
 - Diretora de Seguridade Social: Maria do Carmo Porto Oliveira (Previminas);
- A posse deverá acontecer nos próximos dias, mas a data ainda não foi definida.



SINDÁGUA participa do conselho da Anapar

Será realizado entre os dias 23 a 25 de março, em São Paulo, o VIII Congresso dos Participantes de Fundos de Pensão, quando será eleita a nova direção da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão).

Em plenária regional realizada no dia 27 de fevereiro, foram indicados como representantes de Minas Gerais e Espírito Santo para o Conselho Deliberativo da Anapar o diretor do SINDÁGUA MG, Rogério Matos de Araújo pela Previminas e o aposentado José Valentim pela Forluz, tendo como suplentes o diretor do Sindieleto MG José Renato de Carvalho Barbosa pela Forluz e Maria Guadalupe pela Funcef. Já Ronaldo Vieira e Irineu Barros pela Portus representarão o Espírito Santo.

SINDÁGUA-MG discute problemas da Copasa com o vice-governador do Estado

O SINDÁGUA MG participou de um importante encontro com o vice-governador Antônio Augusto Anastasia para discutir questões referentes ao atual quadro de funcionamento da Copasa. Ao encontro, realizado no dia 15 de fevereiro, na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag, estiveram presentes o presidente do SINDÁGUA MG José Maria dos Santos e os diretores Renato Rodrigues e Rogério Matos.

Na ocasião, José Maria dos Santos expôs as preocupações da categoria e as dificuldades nas relações trabalhistas com a direção da empresa. "O Sindicato sempre procurou resolver as coisas através de negociação, mas, de uns tempos para cá, a falta de diálogo imposta pelo atual presidente, tornou necessária a busca pela via judicial para lutar pelos direitos dos trabalhadores" explicou o presidente do sindicato. Foram apresentados também ao vice-governador os entraves da Participação nos Lucros e os graves problemas com relação ao Copass-Saúde e o corte no atendimento dos aposentados e afastados. O professor Anastasia se sensibilizou com a situação e se comprometeu a conversar com o presidente Márcio Nunes para avaliar essas questões e também se dispôs a agendar uma reunião com a direção da Copasa, os dirigentes sindicais e com a sua presença,



Vice-governador recebe diretores do SINDÁGUA para conversar sobre a Copasa

para resolver as pendências e sanar os problemas existentes. "Os senhores têm interesse na empresa, pois são funcionários dela. Os objetivos do governo e do sindicato são coincidentes. Claro que o clima naturalmente é de reivindicação, o sindicato está no papel dele, mas vamos tentar caminhar juntos" ressaltou o vice-governador.

Além disso, os representantes do SINDÁGUA MG apresentaram ao professor Anastasia, que atualmente também é o presidente do Conselho de Administração da Copasa, o pedido para que um representante dos trabalhadores possa fazer parte do Conselho de Administração ou Fiscal, para que possamos participar das discussões que envolvem o processo de desenvolvimento da empresa e o dia-a-dia dos trabalhadores. O professor Anastasia considerou justa a

reivindicação e prometeu estudar a possibilidade de uma vaga para um representante da categoria, como já acontece na Cemig. A sua presença no Conselho de Administração da Copasa, foi uma maneira do governo estar mais próximo da empresa e haver uma distinção entre a direção da Copasa e do Conselho, que ganha mais autonomia sendo presidido por uma pessoa que não faz parte da diretoria da empresa.

A terceira e não menos importante solicitação do Sindicato foi a intervenção do vice-governador na Previminas, para que os abusivos reajustes sejam reavaliados e os trabalhadores possam ter acento na diretoria da Fundação. Anastasia disse que não tinha conhecimento dos reajustes e iria se inteirar do assunto para tomar as devidas providências. "Os trabalhadores podem ficar

tranquilos, por que o governador escolheu pessoas muito boas para a nova diretoria da Previminas" acrescentou, ficando de estudar a possibilidade de uma vaga na direção da instituição para um representante eleito pelos participantes.

José Maria dos Santos aproveitou a oportunidade para pedir a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei 3.374/06. Para o presidente do SINDÁGUA, é importante que o debate seja ampliado para que sejam construídas propostas que garantam os direitos dos trabalhadores e possibilitem a universalização do saneamento em Minas Gerais. O vice-governador garantiu que o Governo do Estado não tem interesse de prejudicar os trabalhadores e que as mudanças sempre mexem com as pessoas, mas não abre mão da subsidiária. "A Copasa vai apresentar ao Brasil e ao mundo um novo modelo de serviços" acredita o professor Anastasia.

Ao final do encontro, foi reiterada a satisfação da categoria em ter o vice-governador na presidência do Conselho de Administração da Copasa e entregue uma carta com as reivindicações apresentadas pelo SINDÁGUA MG. O professor Anastasia se colocou à disposição dos dirigentes sindicais e se dispôs a fazer a ponte entre o sindicato e a direção da empresa.

Exonerado continua mandando no jurídico como assessor

A licitação irregular para contratar um escritório de advocacia derrubou no ano passado o procurador jurídico da Copasa. Sua exoneração saiu muito recentemente, mas acabou sendo premiado com o cargo de assessor da presidência. O posto foi alterado, mas informações de dentro do jurídico demonstram que o "movido" continua mandando.

O estilo de mandar no jurídico, infelizmente, continua catastrófico. Chegou ao Sindicato a informação de que os advogados estariam sendo forçados a assinarem um documento em que alegam não estar "dando conta" de acompanhar o grande volume de processos na justiça. Segundo as informações, no abaixo-assinado os profissionais de carreira da Copasa estaria solicitando a contratação de advogados terceirizados.

Esta não é apenas uma situação deplorável, mas merece uma investigação do Ministério Público.

Acordo de 2 anos poderá trazer ganho real em maio

A inflação acumulada em um ano, para data-base de 1º de fevereiro, registrou pelo INPC 2,95%. Desde o final do ano passado os índices mensais de medição da inflação registram uma linha progressiva, tanto pelo INPC (IBGE) quanto pelo ICV (Dieese).

Caso tenhamos uma consolidação da inflação anual em torno de 3%, o índice a ser aplicado no reajuste salarial da categoria em 1º de maio deverá ser de 6%, lembrando-se que nosso Acordo Coletivo estabeleceu que o reajuste deverá ser pelo "dobro do INPC".



PROJETO DE LEI 3.374/06

Alternativas ao projeto das copasinhas



O SINDÁGUAMG desde o início da tramitação do Projeto de Lei 3.374/06, vem batalhando pela ampliação dos debates sobre o saneamento. Com o apoio das entidades que compõem a Frente Estadual pelo Saneamento Ambiental – FESA, o Sindicato realizou o seminário “O futuro do saneamento em Minas Gerais”, no dia 1º de março, no auditório do CREA-MG.

Esse evento reuniu diversos especialistas do setor, que discutiram a legislação federal, recém sancionada pelo governo Lula, e também as leis e projetos estaduais. Um dos convidados foi o assessor de saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edson Aparecido da Silva, que fez um balanço da Lei 11.445/07 e seus impactos nos estados e municípios. Para Edson, atualmente os estados não têm uma política para o saneamento e quem faz isso são as companhias estaduais, que deveriam estar voltadas para a implantação e operacionalização dos serviços. “Hoje, companhias como a Copasa e a Sabesp estão deixando de ser empresas de saneamento para virar empresas de negócios. Só se fala em lucro, venda de ações e debêntures. Elas devem continuar cumprindo o seu papel social, que é levar os serviços de água e esgoto para o povo” ressaltou o assessor da FNU.

Também foram apresentados durante o seminário, projetos realizados em comunidades carentes do Estado. O engenheiro sanitário Sávio Nunes Bonifácio apresentou os pontos positivos e negativos do Saneamento Rural, o aposentado da Copasa José Carlos falou sobre a experiência do Programa apresentado pelo Programa de Mobilização de Comunidades e o representante do Pró-Água, Alberto Santoro, falou da implantação do projeto em Minas. Alberto Santoro explicou que o foco do programa Pró-Água do governo federal são localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano e que não são atendidas pela Copasa. Já foram

investidos mais de R\$ 100 milhões no Estado, sobretudo, na região do Vale do Jequitinhonha. A previsão do Pró-Água nacional é disponibilizar R\$ 600 milhões para investimentos no setor, deste montante, R\$ 150 milhões seriam investidos em Minas Gerais nos próximos 3 anos.

Durante os debates, ficou claro que, diferente do que está sendo divulgado, a Copasa pode sim buscar dinheiro a fundo perdido para investir em saneamento. “Na verdade, é mais fácil para a Copasa buscar esses investimentos, por que ela tem suas contas saneadas e é reconhecida por competência gerencial e técnica conquistada ao longo dos anos. Muitas companhias estaduais de outros estados não conseguem ter acesso aos recursos federais justamente por não terem um balanço positivo” avaliou o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos.

O evento foi uma preparação para o Ciclo de Debates da ALMG e teve como resultado a construção de propostas a serem defendidas pelas entidades junto aos deputados. Entre elas, a defesa da retirada do regime de urgência, para que o projeto tenha tramitação normal e possa ser melhor discutido com a sociedade e os parlamentares.

Convidados – Também participaram do seminário, além de diretores do SINDÁGUA e do DEAPES, os seguintes convidados: Anivaldo Matias de Souza – diretor do Senge-MG e do CREA-MG, Pedro Carlos Garcia Costa – membro do Conselho Estadual de Políticas de Meio Ambiente (Copam), Tereza Vilas Boas – assessora parlamentar da deputada Elisa Costa (PT/MG), José Nelson Machado – diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros, José Antônio Cunha Melo – presidente da ABES-MG, Lúcio Guterres – presidente da CUT-Minas, Miguel Ângelo Santos Sá e Waltencyr Teófilo J. Souza – representantes do DEAPES e Izabel Chiodi – professora da UFMG.



PROJETO DE LEI 3.374/06

ALMG discute o saneamento em Minas

Após uma intensa campanha dos diretores do SINDÁGUA MG junto aos deputados, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu nos dias 6 e 7 de março o Ciclo de Debates "As Novas Diretrizes do Saneamento Básico - Contribuições para o debate do Projeto de Lei 3.374/06, que cria as subsidiárias da Copasa". O evento teve a participação de especialistas em saneamento, representantes do Ministério das Cidades, do governo do Estado, da Copasa, de lideranças políticas, da sociedade civil organizada e de entidades sindicais, entre elas o SINDÁGUA e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Durante o Ciclo de Debates foi discutida a recém-publicada Lei Federal 11.445, de 2007, que define a política nacional para o saneamento básico, e abordadas também questões ligadas ao Estado, como o projeto de criação da subsidiária da Copasa para o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

O coordenador do Programa de Melhoria no Setor de Saneamento do Ministério das Cidades, Ernani Ciríaco de Miranda, destacou as novidades da lei federal, como a universalização, a integralidade dos sistemas, o controle social e a exigência dos planos de exploração dos serviços, com estudos de viabilidade técnica e econômica, além da regulação pelas prestadoras, com a definição de normas, metas e resultados. Ernani Ciríaco explicou que pela Lei 11.445, todos os contratos têm de ser precedidos de licitação, quando na modalidade de concessão e a tarifação deve atender à sustentabilidade do sistema, estar prevista nos planos regionais e municipais de saneamento, mas não precisa ser a única fonte de manutenção do sistema, que pode contar com subsídios e subvenções. E finalizou informando que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Federal, tem previsto investimentos de R\$ 600 milhões na área de reestruturação dos serviços de saneamento do País.

Para o professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG, Léo Heller, a nova legislação federal representa avanços trouxe princípios fundamentais para o saneamento básico, assumindo-o como ponto essencial para a cidadania. O especialista disse que a reestruturação da Copasa tem que ser amplamente debatida e deve levar em conta a história do saneamento no País. "A negociação de ações da companhia na Bolsa, desde o ano passado, por exemplo, não foi discutida com a sociedade. Essa medida trouxe mudanças para a companhia que não podem ser desconsideradas no momento da votação do PL 3.374/06", concluiu Léo Heller.

Debatedores questionam o projeto das copasinhas e pedem a retirada do regime de urgência

As exposições e debates mostraram a importância e complexidade do tema. A maioria absoluta dos participantes questionou o projeto que cria as subsidiárias da Copasa e se declarou favorável à ampliação do debate e retirada da urgência na tramitação.

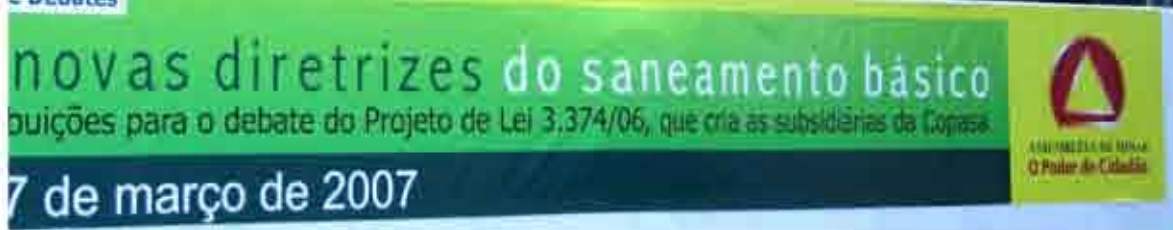
O representante do Ministério das Cidades ressaltou ainda a necessidade de transparência no processo de criação das subsidiárias. "A Assembleia Legislativa deve ter todos os elementos para análise e os prefeitos da região também. O ideal é que estivessem aqui os 92 prefeitos que deverão ser atendidos pelas subsidiárias" acrescentou.

Para a deputada Elisa Costa, líder do PT e autora do requerimento para realização do ciclo de debates, o projeto da Copasa já está velho diante das novas diretrizes da Lei Federal e deve haver mais tempo para análise da matéria.

A integrante da Frente Estadual pelo Saneamento Ambiental, Izabel Chiodi, manifestou seu temor de que a Copasa esteja buscando aumentar seu faturamento, distribuindo lucros entre os acionistas e esquecendo o acionista majoritário da companhia, que é o povo de Minas.

Já o presidente SINDÁGUA-MG, José Maria dos Santos, falou sobre várias experiências positivas que têm levado saneamento às comunidades carentes do Estado e questionou a necessidade de se criar outra empresa para universalizar o saneamento em Minas Gerais. "Não é verdade que a Copasa não pode buscar dinheiro a fundo perdido para ampliar o acesso das comunidades carentes aos serviços de saneamento. Outra falácia é que são os salários dos trabalhadores que oneram os gastos da empresa. Não se pode justificar a criação da subsidiária em cima da redução salarial". Para José Maria, os debates mostraram que ainda existem muitas dúvidas sobre o PL 3.374 e a retirada do regime de urgência possibilitaria a ampliação dos debates, de maneira que os deputados pudessem estudar melhor o assunto e construir uma proposta que atendesse os anseios da sociedade.

Seguindo o mesmo raciocínio, o presidente do Sindicato de Engenheiros, Nilo Sérgio Gomes, disse que a criação de subsidiárias da Copasa não resolve o problema da universalização do saneamento no Estado. Para ampliar o acesso aos serviços, é preciso estabelecer políticas públicas com metas concretas, ressaltou Nilo.



Projeto das copasinhas está na reta final

ALMG encerra as discussões do projeto que cria subsidiárias da Copasa

Apesar do Ciclo de Debates realizado pela Assembléia Legislativa confirmar a necessidade de aprofundar a discussão o assunto, o Projeto de Lei 3.374/06 continua tramitando em regime de urgência.

Seguindo as regras regimentais, a discussão sobre o projeto foi encerrada no dia 7 de março. Em Plenário, cinco deputados subiram à tribuna e apresentaram argumentos a favor e contrários à proposição, que recebeu ainda 13 emendas. O deputado Lafayette de Andrada foi designado relator das emendas em Plenário e solicitou o prazo regimental, 24 horas, para emitir seu parecer.

Entre as emendas apresentadas pela deputada Elisa Costa, líder da bancada do PT, as que receberam os números 24, 25, 26 e 27 foram solicitadas pelo SINDÁGUA MG. O Sindicato procurou acrescentar ao texto do PL 3.374 propostas que possibilitem preservar os direitos dos trabalhadores e garantir a qualidade dos serviços prestados pela subsidiária e uma tarifa social diferenciada para as populações mais carentes. "Como o governador não retirou o regime de urgência e já demonstrou que quer a rápida aprovação das subsidiárias, tivemos que procurar uma maneira de garantir que os trabalhadores e as comunidades carentes não sejam prejudicados, mesmo que a copasinha dos pobres seja aprovada. Mas vamos lutar até o final para que a Copasa não seja dividida" ressaltou o presidente José Maria dos Santos.

De acordo com o Regimento Interno da ALMG, o PL 3.374/06 já está obstruindo a pauta desde o dia 26 de fevereiro, quando entrou na faixa constitucional e passou a impedir a votação de outros projetos. A matéria já está incluída na ordem do dia e tem prioridade de apreciação sobre os demais assuntos. Em função do pedido de urgência, o projeto é votado em turno único e deve ir à votação na terça-feira, dia 13, quando serão analisadas em Plenário todas as emendas e substitutivos apresentados anteriormente.

A população mineira, em especial os trabalhadores da Copasa, deve acompanhar atentamente a votação desse projeto e cobrar dos seus representantes no Legislativo uma postura que honre os princípios sociais e a construção de uma política que garanta a universalização dos serviços de saneamento para todo o Estado de Minas Gerais.

Confira as novas emendas apresentadas ao PL 3.374/06:

* Emenda 17, do deputado Fábio Avelar (PSC): suprime o uso do Índice de Desenvolvimento Humano como parâmetro para a definição da esfera de atuação da subsidiária da Copasa a ser criada;

* Emenda 18, da deputada Ana Maria Resende (PSDB): determina que as subsidiárias deverão implantar biodiges-



Presença marcante dos trabalhadores e aposentados da Copasa no plenário da Assembléia Legislativa de MG

tores em comunidades com até 10 mil habitantes;

* Emenda 19, da mesma deputada: prevê que as subsidiárias farão a manutenção de poços tubulares profundos usados para o abastecimento público de água em comunidades rurais ou prestará assistência técnica aos municípios para a realização desse serviço;

* Emenda 20, da bancada do PMDB: determina que a subsidiária criada deverá praticar tarifas inferiores àquelas praticadas nas localidades em que a Copasa já atua;

* Emenda 21, da deputada Elisa Costa (PT): exige que, antes da criação da subsidiária, seja elaborado um Plano Regional de Saneamento Básico para a região a que se refere, submetido ao Conselho Estadual de Saneamento Básico;

* Emenda 22, da mesma parlamentar: determina que a Copasa só poderá fazer subconcessão de seus serviços para a subsidiária se houver lei municipal autorizando essa iniciativa, precedida de audiência pública com as comunidades envolvidas;

* Emenda 23, também de Elisa Costa: Prevê que a proposta de criação das subsidiárias será apreciada pelo Conselho Estadual de Saneamento Básico;

* Emenda 24, de Elisa Costa: Determina que o Conselho de Administração da subsidiária terá a participação dos trabalhadores indicados pelas entidades sindicais que representam a categoria;

* Emenda 25, também da deputada: prevê que a tarifa residencial a ser cobrada pela subsidiária será diferenciada e inferior às praticadas pela Copasa,

na seguinte proporção: isenção na tarifa para consumo de até 6 metros cúbicos por mês para consumidores com comprovada incapacidade sócio-econômica; um terço da tarifa da Copasa para consumo de até 30 metros cúbicos por mês; e dois terços da tarifa para consumo entre 30 e 60 metros cúbicos por mês;

* Emenda 26, da deputada Elisa Costa: determina que o processo de transição dos trabalhadores da Copasa para a subsidiária terá a participação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (Sindágua);

* Emenda 27, da deputada Elisa Costa: diz que a subsidiária vai se responsabilizar pela implantação e gestão dos serviços prestados em todas as localidades de sua área de atuação, garantindo o mesmo padrão de qualidade da Copasa nos produtos e serviços prestados;

* Emenda 28, do deputado Padre João (PT): prevê que a subsidiária deverá cuidar também do tratamento e da disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial nas localidades das regiões Norte e dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus onde a Copasa atue ou venha a atuar, incorporando mudanças trazidas pela Lei Federal 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;

* Emenda 29, do deputado Domingos Sávio (PSDB): acrescenta artigo prevendo que o inciso V do artigo 3º da Lei 6.084, de 1973, seja alterado. Pela nova redação, a Copasa ficaria autorizada a exercer suas atividades direta ou indiretamente, por intermédio de so-

ciudades por ela constituídas, ou de que venha a participar majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração. O inciso que deverá ser modificado com a emenda, autoriza a Copasa a subscrever a maioria das ações de sociedades de caráter local, com os mesmos objetivos sociais;

Base aliada passa pelo primeiro teste

Dos deputados alinhados com o governador Aécio Neves, 26 compõem o Bloco Social Democrata e 41 dão apoio informal. Com isso, o Governo do Estado tem ao seu lado 67 parlamentares, que representam maioria mais do que absoluta da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Restando à oposição, composta por dez deputados do PT e PCdoB, buscar as brechas oferecidas pelo Regimento Interno para negociar o aprimoramento dos projetos ou a obstrução, caso não haja consenso e o diálogo não seja suficiente.

A votação do Projeto de Lei que cria as subsidiárias da Copasa vai mostrar até que ponto a fidelidade da base de apoio ao governador pode superar os interesses dos cidadãos mineiros.

Esperamos que os deputados votem conscientes da importância do assunto e levem em conta as propostas apresentadas durante o Ciclo de Debates, que, infelizmente, não contou com a ampla participação dos parlamentares governistas, que em sua maioria só fez uma pequena "visita" ao plenário durante as discussões, dando a entender que já tinham posição formada sobre o Projeto de Lei 3.374/06.

Participação nos Lucros irá retratar o real crescimento da Copasa

Algumas empresas dão água na boca de qualquer trabalhador quando se fala em pagamento da Participação nos Lucros e Resultados. Duas gigantes, uma pública, a Petrobrás distribui cerca de 9.0 (nove) salários de PL e outra, privada, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) premia os trabalhadores com um mínimo de 4,73 a 5.0 salários. Na CVRD, os trabalhadores de menores salários (R\$ 600, 00) receberam no dia 16 de fevereiro R\$ 3.120,00 de PR. Engenheiros, com salários de R\$ 6 mil, receberam R\$ 31.200,00.

Estas gigantes são extremamente desenvolvidas em políticas de responsabilidade social e começam este empenho dentro de casa, valorizando os trabalhadores com treinamento e requalificação, com investimento em educação, em segurança no trabalho e com o pagamento representativo em dinheiro, como prêmio justo.

Esta realidade ainda está anos luz da Copasa em muitos aspectos. Aqui as condições de trabalho são muito precárias, a segurança e saúde no trabalho é uma lástima e cresce destemperadamente o assédio moral com pressões de toda espécie, a começar pela tentativa de transformar algo conhecido como "ética" em chicote para desafetos.

A categoria alcançou a grande conquista da PL há dois anos. As regras iniciais todos devem se lembrar:

1. O valor global a ser distribuído equivale a 25% do valor distribuído aos acionistas, ou seja, 6,25% do lucro líquido da empresa;
2. 30% do valor distribuído foi pago de maneira linear e 70% foi dividido de forma proporcional ao salário;
3. 50% da PL foi paga em abril e a outra metade seis meses depois, em outubro.

Na comissão paritária em que buscamos princípios mais justos,

apresentamos duas propostas principais:

1. Não mais considerar o Programa de Investimento como redutor da PL e definir parâmetros mais universais e transparentes de medição;
2. Inverter os percentuais de distribuição, atribuindo 70% para a parte fixa (linear) e 30% para a parte proporcional ao salário.

Estas mudanças fariam com que a distribuição seja mais justa e diminua o abismo existente entre as menores e maiores remunerações dentro da Copasa.

O próprio presidente da Copasa, Márcio Nunes, logo que ingressou na empresa nos fez declarações que pretendia diminuir esta distância entre os menores e maiores salários. Repetir no pagamento da PL esta escandalosa diferença seria como dar, em uma festa de aniversário, meio bolo para alguém privilegiado e a outra metade para ser dividida entre os demais presentes. Alguém ficaria na fartura e

uma multidão teria um atendimento insuficiente.

O exercício da PL representa para o público externo um espelho da gestão da empresa e pelos números levantados podemos reconhecer o grau de maturidade, de qualidade e de responsabilidade. Não há como negar a severa responsabilidade de um companheiro que trata a água em reservatórios com a dosagem certa de soluções químicas, sabendo que uma torneira a quilômetros de distância será aberta para matar a sede. O esforço e o sacrifício deste companheiro no trabalho se soma ao do administrador, ao nível técnico ou gerencial que não exerce sua atividade em condições tão penosas. Os esforços de todos devem ser somados e divididos o mais possível em partes iguais. Não se escolhe o melhor filho dentro em uma família. À mesa, o pão deve ser dividido para todos em quantidade e qualidade.

Categoria elege representantes dos novos conselhos do COPASS

No último dia 8, após 12 horas de apuração dos votos, que ocorreu em clima de total tranquilidade, foi encerrado o processo eleitoral do COPASS. Foram contabilizados cerca de 8.500 votos, sendo considerados válidos pela Mesa Apuradora 8.062 votos. Número expressivo e bastante superior aos últimos processos eleitorais do programa de saúde da Copasa, demonstrando a preocupação da categoria com o futuro do COPASS.

A Chapa 1 recebeu mais de 72% dos votos, totalizando 5.852. Enquanto a Chapa 2, ficou com 23%, recebendo 1.861 votos. Os votos brancos e nulos somaram 349.

A posse dos Conselhos de Gestão e Fiscal está agendada para o dia 22 de março.



Junta Eleitoral define regras para a apuração dos votos

Confira a composição dos representantes dos associados:

Conselho de Gestão

Titulares:

- José Onofre Rodrigues
- Roberto de Oliveira Passos
- Omar de Carvalho Gomes Filho

Conselho Fiscal

Titulares:

- Manoel da Luz Quirino
- Pier Giorgio Senesi

Suplentes:

- Genuíno Rivette Souza Lima
- Ildeu Costa Vieira
- Marlete Corrêa de Castro

Suplentes:

- Fabiela Gobira de Souza
- Rogério Lourenzoni



Ofício diz que propostas ainda dependem de análise

Em documento datado de 1º de março/2007 e enviado ao Sindágua pela gerente da Divisão de Relações Humanas e Sindicais, Ana Maria de Oliveira Gomes, diz-se que "as propostas apresentadas pelas comissões paritárias de estudos sobre produtividade e sobre participação nos lucros estão sendo examinadas pela Diretoria Executiva, devendo, logo após, serem encaminhadas ao Conselho de Administração".

O documento lembra que as comissões paritárias foram criadas pelo Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2008, em seus artigos 3º e 4º e, ressalta em negrito, para **apresentar sugestões** referentes à produtividade e PL. Conclui que "poderá haver concordância ou discordância, total ou parcial, em relação às propostas apresentadas". O alerta nebuloso coloca em xeque quaisquer propostas apresentadas, já que podem ser aproveitadas total ou parcialmente. Seria o mesmo que dizer da possibilidade de quem tem o poder da caneta concordar apenas com os aspectos que lhe trazem vantagem, liberando prejuízos para os que estão do outro lado. Tomara que o outro lado não sejam os trabalhadores, que esperam um tratamento justo pelo esforço para o crescimento da Copasa.

PCCS pouco transparente ameaça a categoria

A apresentação do Plano de Cargos e Salários feita pela Copasa ao SINDÁGUA, Saemg, Senge e outros representantes não conseguiu esclarecer pontos considerados vitais para a transparência de um PCCS. Pior ainda, alguns mecanismos criados no PCCS trazem sérias preocupações, não apenas pela dificuldade na evolução na carreira profissional, mas principalmente por ingredientes que visam mais a punição dos trabalhadores.

As carreiras na Copasa estarão dispostas em duas tabelas com faixa (antigos níveis) de 1 a 17, para agentes, e de 1 a 13, para analistas. Os antigos steps (progressão horizontal) passam a ser de apenas três por faixa salarial, sendo agora chamados de níveis. O que se chamava de cargo metamorfoseou-se para "especialidade".

Preocupações

A elaboração do PCCS foi feita a sete chaves. Os trabalhadores não tiveram acesso e nem puderam colaborar para identificar as especificidades de suas atividades na definição dos cargos (especialidades) conforme uma descrição de função. Quem se lembra de como foi a partici-



pação dos trabalhadores na elaboração do Plano de Cargos fica assustado como a empresa vem bloqueando a transparência do PCS. Desde o primeiro momento, os trabalhadores tiveram intensa participação, a começar pela existência de uma "Comissão Paritária", encarregada de literalmente "escrever" o PCCS. A base de trabalhadores participou ativamente. Cada trabalhador preencheu um formulário, descrevendo todas as suas atividades, configurando a descrição de função, permitindo eliminar duplas funções e fazer enquadramentos corretos nos antigos cargos.

Agora tudo foi muito diferente. O acesso foi negado. O plano foi produzido de forma encastelada, sem ouvir os trabalhadores e limitando a participação dos representantes dos sindicatos na estruturação interna do PCCS. Algumas insistências do SINDÁGUA foram contempladas, como uma progressão horizontal, apesar que limitada a apenas três níveis (antigos steps) para cada faixa salarial (antigos níveis).

A parte mais preocupante, no entanto, é a manipulação pela administração do PCCS de advertências disciplinares como instrumento de aniquilar a progressão tanto vertical quanto ho-

rizontal. Não que possamos querer livrar indisciplinados de suas responsabilidades, mas nos preocupamos com advertências originadas em assédios morais e no livre arbítrio de avaliadores no comando em cada instância de gerenciamento.

O PCCS acaba com a promoção por antiguidade, estabelece uma forma draconiana na avaliação de crescimento por aprendizagem: cada trabalhador é avaliado semestralmente, devendo atingir uma média de 70% e, após seis avaliações, elevar esta média para 75%. Não atingida esta meta, haverá uma última avaliação no sétimo semestre. Persistindo o não atingimento, vem a notícia trágica: o trabalhador será colocado à disposição. Na exposição do PCS pela Copasa nada se falou em avaliação por desempenho. Não acabou a irregularidade de ocupação do comando do jurídico por contratados em recrutamento amplo, ferindo a determinação constitucional de concurso público para "cargo de carreira". Não foram apresentadas todas as tabelas salariais e nem todos os anexos. Enfim, os instrumentos que dão suporte ao PCCS não foram amplamente disponibilizados para uma análise mais profunda.

Justiça dá ganho de causa aos aposentados e afastados garantindo o direito a saúde

O jurídico do Sindicato vem confirmando sistematicamente as vitórias dos aposentados nos processos movidos contra a Copasa pelos danos que a empresa vem causando à assistência médica.

Além de ganhar de forma massacrante em primeira instância, os poucos processos com resultado negativo estão sendo revertidos em segunda instância da Justiça. Dos 240 processos que ingressaram na Justiça a quase totalidade foi vitoriosa em primeira instância. Entre processos inicialmente com resultado negativo e de recursos da empresa, 40 processos confirmaram a vitória em segunda instância.

Como as sentenças vêm se repetindo em todas as varas, o jurídico do sindicato deve solicitar ao tribunal a unificação dos



pareceres, indicando um posicionamento pacífico para a questão, fazendo com que a direção da empresa repare os seus erros e reconsidere sua posição, impedindo o desgaste que vem sofrendo. Os trabalhadores não ape-



Aposentados recebem no DEAPES benefícios garantidos pela Justiça

nas ganham seus processos, como já começam a ter resultados positivos também nas causas de "danos morais", o que complica ainda mais a situação da empresa.

O comparecimento de trabalhadores gravemente doentes nas audiências vem causando uma situação muito negativa para a imagem da Copasa, que penaliza o atendimento à saúde de pessoas caracterizados como urgentes.

Como se não bastasse, o presidente da Copasa, solicitou ao Copass que encaminhasse as carteiras para os aposentados e afastados, com pagamento diretamente aos conveniados, o que contraria a Lei da ANS, o Código Defesa do Consumidor e a Lei do Idoso.